

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações dos Recursos, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007, acompanhadas das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Parecer dos Auditores Independentes.

Em atendimento às Resoluções nºs 3.380 e 3.464 do Banco Central do Brasil, o Conglomerado Financeiro Crédit Agricole divulga as estruturas de gestão de risco operacional e risco de mercado que integram a Diretoria de Risco e Controle Permanentes. A política com a descrição completa das estruturas de gerenciamento do risco de mercado e do risco operacional encontra-se disponível no nosso site www.calyon.com.br.

Risco Operacional

Definido como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira.

A área de Risco Operacional é responsável pelas atividades de mapeamento dos processos operacionais, identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados, além de exercer controles permanentes sobre as demais áreas. Através de reuniões frequentes e regulares, a alta administração do Conglomerado Financeiro Crédit Agricole discute os diagnósticos apresentados pela área de Risco Operacional e as conseqüentes ações a serem implementadas, se necessário.

Risco de Mercado

O risco de mercado associado com as perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas, e índices é gerenciado diariamente pelo departamento de risco de mercado seguindo os limites aprovados pelo comitê de risco de mercado que são revisados, no mínimo, anualmente.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

Ativo	2008	2007	Passivo	2008	2007
Circulante	934.807	708.414	Circulante	648.437	401.149
Disponibilidades	1.171	2.303	Depósitos	8.719	15.726
Aplicações interfinanceiras de liquidez	169.008	158.897	Depósitos à vista	4.103	9.238
Aplicações no mercado aberto	138.209	152.731	Depósitos a prazo	478	194
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.799	6.166	Outros depósitos	4.138	6.294
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	184.732	218.056	Captações no mercado aberto	60.198	60.009
Carteira própria	121.580	149.721	Carteira própria	10.199	60.009
Vinculados a compromisso de recompra	10.217	60.032	Carteira de terceiros	49.999	-
Vinculados a prestação de garantias	30.291	8.180	Relações interfinanceiras	22	5
Instrumentos financeiros derivativos	22.644	123	Recebimentos e pagamentos a liquidar	22	5
Relações interfinanceiras	3.940	3.585	Relações interdependências	2.244	2.783
Pagamentos e recebimentos a liquidar	262	19	Recursos em trânsito de terceiros	2.244	2.783
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central	3.678	3.566	Obrigações por empréstimos	246.091	65.460
Operações de crédito	12.716	9.422	Empréstimos no exterior	246.091	65.460
Operações de crédito - setor privado	12.716	9.422	Instrumentos financeiros derivativos	631	-
Outros créditos	563.161	316.064	Instrumentos financeiros derivativos	631	-
Carteira de câmbio	557.870	309.603	Outras obrigações	330.532	257.166
Rendas a receber	391	169	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	52	2
Negociação e intermediação de valores	762	1.505	Carteira de câmbio	317.501	248.053
Diversos	4.150	5.006	Sociais e estatutárias	539	-
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(12)	(219)	Fiscais e previdenciárias	1.286	2.022
Outros valores e bens	79	87	Negociação e intermediação de valores	727	1.495
Despesas antecipadas	79	87	Dívidas subordinadas	82	167
Realizável a longo prazo	78.515	31.432	Diversas	10.345	5.427
Operações de crédito	75.891	28.986	Exigível a longo prazo	40.628	24.378
Operações de crédito - setor privado	75.891	28.986	Depósitos	19.414	-
Outros créditos	2.624	2.444	Depósitos a prazo	19.414	-
Diversos	2.624	2.444	Outras obrigações	21.214	24.378
Outros valores e bens	-	2	Fiscais e previdenciárias	5.303	5.124
Despesas antecipadas	-	2	Dívidas subordinadas	15.911	19.254
Permanente	19.979	23.554	Resultados de exercícios futuros	366	204
Investimentos	17.453	20.304	Patrimônio líquido	343.870	337.669
Participações em coligadas e controladas:	17.307	20.161	Capital:	319.356	319.356
No País	11.809	13.877	De domiciliados no exterior	319.356	319.356
No exterior	5.498	6.284	Reservas de capital	278	4
Outros investimentos	427	424	Reservas de lucros	2.003	1.207
Provisões para perdas	(281)	(281)	Lucros acumulados	22.233	17.102
Imobilizado de uso	2.112	2.273	Total do passivo	1.033.301	763.400
Imobilizações de uso	4.546	4.361			
(-) Depreciações acumuladas	(2.434)	(2.088)			
Diferido	414	977			
Gastos de organização e expansão	3.027	3.043			
(-) Amortizações acumuladas	(2.613)	(2.066)			
Total do ativo	1.033.301	763.400			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006	319.356	4	555	8.292	328.207
Lucro do semestre	-	-	-	13.047	13.047
Constituição de reserva legal	-	-	652	(652)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(5.838)	(5.838)
Reversão dividendos	-	-	-	2.253	2.253
Saldos em 30 de junho de 2007	319.356	4	1.207	17.102	337.669
Saldos em 31 de dezembro de 2007	319.356	278	1.471	20.378	341.483
Lucro do semestre	-	-	-	10.632	10.632
Constituição de reserva legal	-	-	532	(532)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(9.986)	(9.986)
Reversão dividendos	-	-	-	1.741	1.741
Saldos em 30 de junho de 2008	319.356	278	2.003	22.233	343.870

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações - R\$)

	2008	2007
Receitas da intermediação financeira	48.711	30.012
Operações de crédito	3.830	3.040
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	29.477	24.611
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(17.359)	(17.118)
Resultado de operações com câmbio	32.764	19.479
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(1)	-
Despesas da intermediação financeira	(25.515)	(6.546)
Operações de captação no mercado	(5.355)	(497)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(20.160)	(6.049)
Resultado bruto da intermediação financeira	23.196	23.466
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.939)	(8.425)
Receitas de prestação de serviços	4.871	5.837
Despesas de pessoal	(11.009)	(10.163)
Outras despesas administrativas	(3.795)	(4.658)
Despesas tributárias	(1.542)	(1.530)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.859)	1.220
Outras receitas operacionais	2.743	1.105
Outras despesas operacionais	(348)	(236)
Resultado operacional	12.257	15.041
Resultado não operacional	(6)	14
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	12.251	15.055
Imposto de renda e contribuição social	(1.080)	(2.008)
Provisão para imposto de renda	(777)	(1.473)
Provisão para contribuição social	(303)	(535)
Participações dos empregados	(539)	-
Lucro líquido do semestre	10.632	13.047
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	2,28	2,80

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

	2008	2007
Origens de Recursos	550.399	336.345
Lucro ajustado do semestre	13.028	12.471
Lucro líquido do semestre	10.632	13.047
Depreciações e amortizações	537	644
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.859	(1.220)
Variação nos resultados de exercícios futuros	(51)	167
Recursos de acionistas	1.741	2.253
Reversão de dividendos propostos	1.741	2.253
Recursos de terceiros originários de:	535.681	313.654
Aumento dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo	15.437	300.917
Depósitos	14.113	6.832
Captações no mercado aberto	-	55.506
Relações interfinanceiras e interdependências	986	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	65.460
Instrumentos financeiros derivativos	338	-
Outras obrigações	-	173.119
Diminuição dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo	520.238	12.620
Aplicações interfinanceiras de liquidez	284.874	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	24.814	7.755
Operações de crédito	-	4.865
Outros créditos	210.550	-
Alienação de bens e investimentos	6	117
Imobilizado de uso	6	117
Dividendos recebidos de controlada	-	7.800
Calyon Corporate Finance do Brasil - Consultoria Financeira Ltda.	-	7.800
Aplicações de Recursos	552.309	345.431
Juros sobre o capital próprio propostos	9.986	5.838
Inversões em:	35	142
Imobilizado de uso	25	142
Investimentos	10	-
Aplicações no diferido	52	95
Aumento dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo	58.894	338.867
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	91.518
Relações interfinanceiras e interdependências	3.658	3.434
Operações de crédito	55.202	-
Outros créditos	-	243.858
Outros valores e bens	34	57
Diminuição dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo	483.342	489
Captações no mercado aberto	45.213	-
Relações interfinanceiras e interdependências	-	12
Obrigações por empréstimos e repasses	136.293	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	477
Outras obrigações	301.836	-
Redução das disponibilidades	(1.910)	(9.086)
Modificações na posição financeira		
Disponibilidades:		
No início do semestre	3.081	11.389
No final do semestre	1.171	2.303
Redução das disponibilidades	(1.910)	(9.086)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Calyon Brasil S.A. é um banco múltiplo, autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas do Banco Central do Brasil em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, incluindo o Comunicado nº 16.669, do Banco Central do Brasil, que dispensou a aplicação dos dispositivos contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07 na preparação das demonstrações financeiras intermediárias durante o ano de 2008. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para venda representam os títulos que não foram adquiridos para freqüente negociação. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes, são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de termo, futuro e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: • operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço a vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço; • operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; • operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro rata até a data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue: • instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - Em conta de receita ou despesa, no resultado do período; • instrumentos financeiros considerados como hedge - São classificados como hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa. Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de

receita ou despesa, no resultado do período. Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os respectivos itens objeto de hedge são ajustados a valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2008 e 2007, o Banco não tem instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge. **d) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito:** As operações de crédito, nas suas diversas modalidades, estão registradas ao valor principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações. A provisão para perdas em operações de crédito é fundamentada na análise das operações, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor necessário a ser provisionado, caso a caso, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. **e) Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **f) Imobilizado e diferido:** O ativo imobilizado e diferido está registrado pelo custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo diferido é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. **g) Depósitos e captações no mercado aberto:** Os depósitos a prazo e as captações no mercado aberto estão registrados pelos seus respectivos valores, acrescidos dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação. **h) Obrigações em moeda estrangeira:** As obrigações em moeda estrangeira estão atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. **i) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 120 (R\$ 240 para o exercício). A contribuição social é calculada à alíquota de 9% até 30 de abril de 2008 e a partir de 01 de maio de 2008 a alíquota passou para 15%, conforme medida provisória nº 413 de 03 de janeiro de 2008 que foi convertida em Lei nº 11.727/08 em 23 de junho de 2008, sobre o lucro líquido ajustado, conforme legislação em vigor. **j) Operações de câmbio:** As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata-dia) auferidas e provisão para perdas nos termos da Resolução nº 2682, do Banco Central do Brasil. **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. Aplicações Interfinanceira de Liquidez

a) Aplicações no mercado aberto - Operações Compromissadas

	2008	2007
Posição bancada - vencimento até 30 dias:	88.129	152.731
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.046	151.031
Letras do Tesouro Nacional - LTN	54.083	1.700
Posição financiada - vencimento até 30 dias:	50.080	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN	50.080	—
Total	138.209	152.731

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2008	2007
Vencimento até 360 dias		
Aplicações em depósitos interfinanceiros - vinculadas ao crédito rural	2.022	5.538
Aplicações em moeda estrangeira	28.777	628
Total	30.799	6.166

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 30 de junho de 2008 e 2007, a carteira de títulos e valores mobiliários classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente estava assim composta:

a) A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos têm a seguinte composição por tipo de papel:

	2008	2007
Carteira própria	<u>121.580</u>	<u>149.721</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	121.580	128.094
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	21.627
Vinculados a operações compromissadas:	<u>10.217</u>	<u>60.032</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.217	60.032
Vinculados a prestação de garantias	<u>30.291</u>	<u>8.180</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	30.291	8.180
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5c)	22.644	123
Total	<u>184.732</u>	<u>218.056</u>

b) A classificação dos títulos e valores mobiliários, demonstrados pelo seu valor de custo e de mercado, têm a seguinte composição:

	2008		2007	
	Custo	Mercado/ contábil	Custo	Mercado/ contábil
Carteira própria				
Títulos para negociação				
Até 360 dias	121.773	121.580	149.520	149.721
Letras do Tesouro Nacional - LTN	121.773	121.580	128.000	128.094
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	-	21.520	21.627
Vinculados a operações compromissadas:				
Títulos para negociação				
Até 360 dias	10.260	10.217	59.780	60.032
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.260	10.217	59.780	60.032
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos para negociação				
Até 360 dias	30.408	30.291	8.132	8.180
Letras do Tesouro Nacional - LTN	30.408	30.291	8.132	8.180
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5c)	24.524	22.644	160	123
Total	<u>186.965</u>	<u>184.732</u>	<u>217.592</u>	<u>218.056</u>

O valor de mercado dos títulos é apurado segundo modelo de precificação desenvolvido pela Instituição, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

c) Instrumentos financeiros derivativos: Os principais instrumentos derivativos utilizados são: swaps, termos e futuros. A partir da vigência da Circular nº 3.082, pode-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos derivativos são utilizados para proteção das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição (*hedge accounting*). O Banco não possui operações designadas como *hedge* de risco de mercado. Termos, futuros e swaps são os instrumentos derivativos utilizados para cobertura de risco de taxas de juros (instrumentos de *hedge*). O Banco também não tem swaps e Contratos de DI Futuro designados como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa. Independentemente desta opção pela designação como instrumento de *hedge* para fins contábeis, os instrumentos derivativos são utilizados prioritariamente para compensar variações de posições comerciais assumidas, bem como para oferecer aos clientes à possibilidade de proteção a variações econômicas indesejadas oriundas de sua natureza operacional. **Risco de Mercado:** As perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, Valor em Risco e testes de estresse. Em adição, fazem-se simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa a exposição ao risco. A metodologia adotada para o cálculo do Valor em Risco utiliza simulação histórica considerando 252 dias de dados de retornos dos fatores de risco e um grau de confiança de 99%, com um dia de *holding period*. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração variações severas de mercado. Adicionalmente, são também efetuados testes de aderência (*back-testing*) do modelo de Valor em Risco em comparação aos resultados efetivamente auferidos. Além das ferramentas tradicionais de risco de mercado, o Banco usa o instrumental de ALM (gerenciamento de ativos e passivos). Essa ferramenta possibilita ter-se uma visão do impacto de variações de taxas de juros no balanço do Banco e avaliar as interdependências entre as variações de taxa de juros e o volume dos ativos/passivos do Banco. **Fatores de Risco:** Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices TR, IPCA e IGPM, SELIC, DI e exposição a variação cambial de moedas. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Middle Office com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa; uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Instituição e os vários

preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado. **Risco de Liquidez:** Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco, especialmente no curto prazo. São também efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltados especificamente para liquidez. O Banco realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atualizados em contas patrimoniais ou de compensação que se destinam a atender às suas necessidades próprias, bem como reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros.

As operações em aberto, em 30 de junho de 2008 e 2007, estavam assim distribuídas:

	BM&F					
	2008		2007			
	Valor de referência	Custo-valor a pagar	Valor contábil	Valor de referência	Custo-valor a pagar	Valor contábil
Contratos de swap						
Diferencial a receber (a pagar)	16.630	(622)	(631)	19.289	160	123
Contratos de termo - "NDF"						
Termo de moeda - "NDF"	227.292	24.524	22.644	-	-	-

	BM&F			
	2008		2007	
	Valor de referência	Valor contábil	Valor de referência	Valor contábil
Contratos de futuros (*)				
Ajuste diário a receber - posição comprada	444.109	77	418.769	113
DI1	233.849	7	415.863	14
Dólar	6.368	7	2.906	99
DDI	203.892	63	-	-
Ajuste diário a pagar - posição vendida	278.583	(42)	55.109	(103)
DI1	273.350	(18)	47.404	(98)
Dólar	5.233	(24)	7.705	(5)
Total	<u>722.692</u>	<u>35</u>	<u>473.878</u>	<u>10</u>

(*) Os ajustes diários, de contratos futuros, a receber no valor de R\$ 77 (R\$ 113 em 2007) e a pagar no valor de R\$ 42 (R\$ 103 em 2007) referentes ao último dia de junho de 2008, encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores.

As operações são custodiadas na Bolsa de Mercadorias e de Futuros - BM&F ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros e termo: cotações em Bolsas;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&F.

Os instrumentos financeiros derivativos referentes às operações de termo, swap e futuros por vencimento têm a seguinte composição com base no valor nominal dos contratos:

	2008			2007		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Compensação						
Contratos de termo	-	227.292	227.292	-	-	-
Contratos de swap	-	16.630	16.630	19.289	-	19.289
Contratos de futuros	-	722.692	722.692	392.441	81.437	473.878
Total	<u>-</u>	<u>966.614</u>	<u>966.614</u>	<u>411.730</u>	<u>81.437</u>	<u>493.167</u>
Patrimonial - mercado						
Contratos de termo						
- Diferencial a receber	-	22.644	22.644	-	-	-
Contratos de swap						
- Diferencial a receber	-	-	-	123	-	123
- Diferencial a pagar	(631)	-	(631)	-	-	-
Contratos de futuros						
- Diferencial a receber	77	-	77	113	-	113
- Diferencial a pagar	(42)	-	(42)	(103)	-	(103)
Total	<u>(596)</u>	<u>22.644</u>	<u>22.048</u>	<u>133</u>	<u>-</u>	<u>133</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2008, o resultado de operações com instrumentos financeiros gerou uma despesa de R\$ 17.359 (R\$ 17.118 em 2007).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão compostas como segue:

	2008	2007
Empréstimos		
Circulante	12.716	9.422
Longo prazo	<u>75.891</u>	<u>28.986</u>
	88.607	38.408
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7)	261.138	66.139
Rendas a receber de adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 7)	<u>3.512</u>	<u>1.085</u>
Total	<u>353.257</u>	<u>105.632</u>

a) Composição da carteira por nível de risco

Nível	2008		2007	
	A vencer	Total	A vencer	Total
AA	353.140	353.140		
A	117	117		
Total	<u>353.257</u>	<u>353.257</u>		
Nível	2008		2007	
	A vencer	Total	A vencer	Total
AA	105.632	105.632		
Total	<u>105.632</u>	<u>105.632</u>		

b) Por setor de atividade

	2008	2007
Setor privado		
Indústria	163.024	71.732
Comércio	151.891	202
Serviços	34.153	29.072
Pessoas físicas	<u>4.189</u>	<u>4.626</u>
Total	<u>353.257</u>	<u>105.632</u>

c) Por faixa de vencimento

	2008	2007
Até 3 meses	76.668	62.896
De 3 meses a 1 ano	200.698	13.750
Acima de 1 ano	<u>75.891</u>	<u>28.986</u>
Total	<u>353.257</u>	<u>105.632</u>

7. Carteira de Câmbio

	2008	2007
Ativo		
Direitos sobre vendas de câmbio	166.701	123.006
Câmbio comprado a liquidar	392.886	185.705
Rendas a receber de adiantamentos sobre contratos de câmbio	3.512	1.085
(-) Adiantamentos em moeda estrangeira	(4.148)	-
(-) Adiantamentos em moeda nacional	<u>(1.081)</u>	<u>(193)</u>
Total	<u>557.870</u>	<u>309.603</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	165.598	122.997
Obrigações por compras de câmbio	413.041	191.195
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 6)	<u>(261.138)</u>	<u>(66.139)</u>
Total	<u>317.501</u>	<u>248.053</u>

10. Transações com Partes Relacionadas

Os principais saldos das transações com partes relacionadas estavam assim representados:

Descrição	2008						
	Credit Agricole Brasil S.A. D.T.V.M.	Newedge (anterior Calyon Financial)	Credit Agricole Paris	Calyon Corporate Finance Brasil - Consultoria Financeira Ltda.	Calyon Bank New York	Calyon Paris	Credit Agricole Suisse
Ativo/(passivo)							
Outros valores a receber	629	419	-	114	1.294	334	-
Outros valores a pagar	-	-	(5.430)	-	-	-	-
Disponibilidade	-	-	-	-	191	305	-
Depósitos à vista	(92)	-	-	(2)	-	-	-
Empréstimo no exterior	-	-	-	-	(246.091)	-	-
Dívida subordinada	-	-	(15.993)	-	-	-	-
Receitas/(despesas)							
Receita financeira	-	-	24	-	69	-	-
Receita de prestação de serviços	1.476	445	-	10	2.381	353	4
Variação cambial prestação serviços	-	(34)	-	-	(242)	-	-
Despesas de prestação de serviços	(482)	-	(994)	-	-	-	-
Variação cambial dívida subordinada	-	-	1.809	-	-	-	-
Despesas com empréstimos no exterior	-	-	(568)	-	(1.879)	(3.087)	-
Reembolso de despesas	2.880	-	-	641	-	-	-
Outras receitas/(despesas)	-	-	-	-	2	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

Descrição	2007						
	Credit Agricole Brasil S.A. D.T.V.M.	Calyon Financial	Credit Agricole Paris	Calyon Corporate Finance Brasil - Consultoria Financeira Ltda.	Calyon Bank New York	Calyon Paris	Credit Agricole Suisse
Ativo/(passivo)							
Outros valores a receber	709	161	-	98	3.017	391	-
Outros valores a pagar	-	-	(3.447)	-	-	-	-
Disponibilidade	-	-	-	-	231	1.598	-
Depósitos à vista	(95)	-	-	(5)	-	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	-	-	-	-	(65.460)	-	-
Dívida subordinada	-	-	(19.421)	-	-	-	-
Receitas/(despesas)							
Receita financeira	-	-	-	-	97	19	-
Receita de prestação de serviços	1.620	979	-	51	2.610	421	4
Variação cambial dívida subordinada	-	-	2.118	-	-	-	-
Despesas de prestação de serviços	(656)	-	(617)	-	-	-	-
Despesas com empréstimos no exterior	-	-	-	-	(2.342)	-	-
Reembolso de despesas	3.407	-	-	668	-	-	-
Outras receitas/(despesas)	-	-	-	-	(14)	-	-

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado.

11. Depósitos

	À vista/outros		A prazo	
	2008	2007	2008	2007
Sem vencimento	8.241	15.532	-	-
Até 3 meses	-	-	-	169
De 3 a 12 meses	-	-	478	25
De 1 a 3 anos	-	-	19.414	-
Total	8.241	15.532	19.892	194

12. Obrigações por Empréstimos

	Obrigações por empréstimos no exterior	
	2008	2007
Até 3 meses	68.089	52.843
De 3 a 12 meses	178.002	12.617
Total	246.091	65.460

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se principalmente à captação de linhas para financiamento às exportações junto ao Grupo Credit Agricole no montante de R\$ 246.091 e R\$ 61.609 em 2007 (Nota 10), remuneradas por taxas e condições de mercado.

13. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	2008	2007
Circulante	1.286	2.022
Impostos e contribuições a recolher	1.286	1.080
Impostos e contribuições s/lucros	-	942
Exigível	5.303	5.124
Provisão para riscos fiscais (vide Nota 16c)	6.589	7.146

14. Outras Obrigações - Dívidas Subordinadas

A dívida subordinada no valor de R\$ 15.993 (R\$ 19.421 em 2007), firmada com Calyon Paris em 25 de maio de 2005, cujo vencimento é junho de 2015, está sujeita a encargos financeiros de taxa Libor mais juros.

15. Capital Social e Dividendos

Em 30 de junho de 2008 o capital social de R\$ 319.356 está representado por 4.654.006.427 ações sem valor nominal, sendo 4.083.674.241 ações ordinárias e 570.332.186 ações preferenciais, sem direito de voto. Aos acionistas está assegurado um dividendo correspondente a 10% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembléia Geral Ordinária. Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 17 de junho de 2008, foi deliberado o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 relativo ao exercício de 2007 no montante de R\$ 9.986, sendo o imposto de renda retido na fonte dessa operação de R\$ 1.498 à alíquota de 15%. A distribuição de juros sobre capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social em R\$ 3.405. Conforme AGO/E de 30 de abril de 2008, foi deliberado pela manutenção do lucro líquido do exercício de 2007 na conta lucros acumulados, como consequência, a reversão dos dividendos provisionados em 2007 no montante de R\$ 1.741.

16. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos contingentes: O Banco tem registrado em seu ativo o montante de R\$ 2.253, referente ao PIS recolhido a maior no exercício de 1995, cuja decisão foi favorável ao Banco no Supremo Tribunal de Justiça.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais: Provisões fiscais: As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes.

c) As provisões constituídas e as respectivas movimentações no período são: Dedução da contribuição social na base de cálculo do imposto de renda e redução da alíquota de 18% para 8%: O Banco vem questionando judicialmente o direito de deduzir a contribuição social na base de cálculo do IRPJ, bem como a redução da alíquota de contribuição social de 18% para 8%, determinada pela Lei 9.316/96. Os valores compensados, com base em liminares obtidas, foram provisionados e montam R\$ 4.847 em 30 de junho de 2008, sendo considerados suficientes para cobrir eventuais perdas com esses processos. As outras contingências que montam R\$ 478 se referem a processos de menor relevância, para os quais a Administração julga que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas. A movimentação das provisões para contingências no semestre está abaixo apresentada:

	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo no início do semestre	5.192	22	5.214
Constituições	111	-	111
Saldo no final do semestre	5.303	22	5.325

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Não são reconhecidos contabilmente e estão representados unicamente por processos de natureza fiscal no montante de R\$ 6.540, sendo a principal ação relacionada à não-incidência e retenção do IOF - Câmbio, calculado pela aplicação da alíquota de 4% sobre o valor objeto do contrato de câmbio. Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades em um período de 5 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

e) Órgãos reguladores: Não existem processos administrativos em curso por parte do sistema financeiro nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco.

17. Receita de Prestação de Serviços

	2008	2007
Prestação de serviços - ligadas (Nota 10)	4.669	5.685
Rendas de outros serviços	202	152
	4.871	5.837

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

18. Outras Despesas Administrativas

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Despesa com prestação de serviços - ligadas (Nota 10)	1.476	1.273
Reembolso por despesas administrativas - ligadas (Nota 10)	(3.521)	(4.075)
Despesas de processamento de dados	865	1.006
Despesas de serviços técnicos	2.659	3.527
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.161	1.319
Outras	1.155	1.608
	<u>3.795</u>	<u>4.658</u>

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco apurou base de cálculo de imposto de renda e contribuição social no semestre findo em 30 de junho de 2008 como segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	12.251	15.055
(+) Adições	8.416	1.353
(-) Exclusões - (iii)	(16.159)	(7.922)
Lucro real	4.508	8.486
(-) Compensação de prejuízos fiscais acumulados limitados a 30%	(1.352)	(2.546)
Lucro tributado	3.156	5.940
Imposto de renda - (i)	777	1.473
Contribuição social - (ii)	303	535
	<u>1.080</u>	<u>2.008</u>

(i) Considerando-se 15%, acrescido de adicional 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). (ii) A contribuição social é calculada à alíquota de 9% até 30 de abril de 2008 e partir de 01 de maio de 2008 a alíquota passou para 15%, conforme medida provisória nº 413 de 03 de janeiro de 2008 que foi convertida em Lei nº 11.727/08 em 23 de junho de 2008. (iii) Inclui os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.986 (R\$ 5.838 em 2007), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95.

Em 30 de junho de 2008, o Banco possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias não contabilizados no montante de R\$ 7.828 (R\$ 9.568 em 2007), sendo R\$ 7.009 (R\$ 8.184 em 2007) sobre prejuízos fiscais e base negativa e R\$ 819 (R\$ 1.384 em 2007) sobre diferenças temporárias. Os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social não têm prazos prescricionais e sua compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Banco Central do Brasil, os benefícios do imposto de renda e contribuição social, serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, uma vez que o Banco ainda não atende aos quesitos estabelecidos nestas resoluções, por não apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais.

20. Avais, Fianças e Garantias Concedidas a Terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros, em 30 de junho de 2008, montam a R\$ 127.358 (R\$ 23.878 em 2007).

A Diretoria

21. Participações dos Empregados:

Refere-se ao programa de participações no resultado do Banco, em aprovação junto ao sindicato representativo dos empregados de acordo com a Lei 10.101/2000, cuja provisão no montante de R\$ 539, está registrado na conta "Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias".

22. Limites Operacionais

As operações do Banco e de suas controladas estão enquadradas dentro dos limites exigidos pelo Banco Central do Brasil, com base na Resolução nº 2.099/94. Conforme permitido pela Resolução nº 2.283/96, os limites mínimos de capital da Sociedade são calculados com base nos ativos consolidados. Em 30 de junho de 2008 o Banco se encontra enquadrado dentro dos limites estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

23. Outras Informações

Adoção da Lei nº 11.638/07: Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/07 que altera dispositivos da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com reflexo a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008. Algumas das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 serão objeto de regulamentação por parte do BACEN ao longo do exercício de 2008. O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio do Comunicado número 16.669 de 20 de março de 2008 dispensou a aplicação das disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, do exercício de 2008. Assim, as demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2008 foram elaboradas de acordo com as instruções específicas do BACEN e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07. A Administração está avaliando os possíveis impactos dessa nova lei para, posteriormente, mensurar os efeitos de mudanças de práticas contábeis que o Banco ainda não tenha adotado, porém estima-se, em sua avaliação inicial, que as alterações acima não ocasionarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco, todavia, no momento, não é praticável determinar com segurança os efeitos resultantes da adoção plena da nova lei. De imediato destacamos algumas das principais alterações embutidas nos dispositivos legais da Lei:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC.
- A inclusão da Demonstração do Valor Adicionado - DVA no conjunto das Demonstrações Financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela assembléa geral ordinária (AGO).
- No grupo do patrimônio líquido será criado o subgrupo "Ajustes de Avaliação Patrimonial" que servirá de contrapartida para avaliação de ativos a preço de mercado, em especial a avaliação de determinados instrumentos financeiros.
- Introdução do conceito de "Ajuste a Valor Presente" para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

José Luiz Gonzaga - CRC 1SP132371/O-5 - CPF 003.298.858-39

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Os membros efetivos do Comitê de Auditoria do Banco Calyon Brasil S.A., instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do Banco Central do Brasil, tem na designação de suas atividades a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, de auxiliar na estruturação, desenvolvimento e eficácia dos Controles Internos, além da análise e avaliação das demonstrações contábeis incluindo-se notas explicativas.

O Comitê de Auditoria pôde verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Internas e Externas possuem transparência e qualidade, constataram a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007, refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de Agosto de 2008

Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Independentes

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas do
Banco Calyon Brasil S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Calyon Brasil S.A. levantados em 30 de junho de 2008 e 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Calyon Brasil S.A. em 30 de junho de 2008 e 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 23, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para serem integralmente aplicadas pelas instituições por eles reguladas. Dessa forma, nessa fase de transição, o Banco Central do Brasil, por meio do Comunicado nº 16.669, de 20 de março de 2008, permitiu a não-aplicação das disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação, em 2008, das demonstrações contábeis intermediárias. Assim, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 foram elaboradas de acordo com instruções específicas do Banco Central do Brasil e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

São Paulo, 12 de agosto de 2008


Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6